

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS
COMO MINISTRO RELATOR.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Absolvição de Instância - Ausência de Procurador autor na audiência - O Código de Processo Civil permite a justificação da ausência do Procurador até a hora da audiência, não revelando a justificação posterior (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.261-GB</p>	<p align="center">07/11/62</p>
<p>Ação de Cobrança - Segurado do IAPC - Reembolso de despesas feitas com tratamento de dependente, tendo o segurado apresentado autorização do Instituto, cabe a este reembolsá-lo (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 17.308-MG</p>	<p align="center">07/03/63</p>
<p>Ação Cominatória - Nulidade - Tem ela, por força do Código de Processo Civil, âmbito restrito, se proposta com diversos e complexos pedidos, torna-se a mesma nula (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 7.977-MG</p>	<p align="center">30/04/63</p>
<p>Ação Consignatória - É imprópria para discutir a legalidade da exigência fiscal - A taxa de serviço de assistência médica cobrado pelo IAPC, é devida por força de lei (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 14.273-GB</p>	<p align="center">17/10/62</p>
<p>Ação Expropriatória - Indenização de imóvel pertencente ao Estado da Bahia, situado na área expropriada - O expropriado não se beneficia de quantia destinada a terceiro - Cabe ao expropriante indenizar (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 16.814-BA</p>	<p align="center">07/03/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Ação de Indenização - Proprietário de veículo sofreu dano em consequência de desabamento no centro da cidade - A indicação do local para estacionamento de carros é atribuição da Inspetoria de Tráfego da antiga Prefeitura do ex-Distrito Federal - Nenhuma responsabilidade da União Federal por evento danoso ocorrido ali (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 11.906-GB	14/11/62
Ação Possessória - Contra ato administrativo de apreensão de bens importados pela Alfândega - Impossível de ver onde o Estado submete a importação de artigos de comércio a um regime de licença prévia pela Administração Pública, dispondo também sobre o que pode entrar no País como bagagem, como bens de viajantes, e como isso deverá ocorrer - Se o importador procede quanto a isso em desacordo com o direito positivo que estabelece as restrições, nada tem de ilegal a apreensão aduaneira de bens, assim trazidos (Denegação) (T1) (TFR)	AC 9.841-GB	27/11/62
Ação de Reajustamento de Aluguel - É cabível a majoração de 300%, tratando-se de imóvel não residencial, ocupado há mais de dez anos (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.293-RN	27/11/62
Ação de Reembolso - Seguradora contra transportadora terrestre - Ausência de sub-rogação e por serem da União as obrigações resultante de ações anteriores à Constituição da Rede Ferroviária Federal - Ao transporte terrestre não se aplica a sub-rogação do art. 728 do Código Comercial (Provimento) (T1) (TFR)	AC 12.563-SP	03/10/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Reembolso - Seguro, pago por mercadorias extraviadas durante o transporte marítimo, aplica-se a prescrição anual prevista no art. 449, II, do Código Comercial - Cessa a responsabilidade do transportador com a entrega da mercadoria contra recibo limpo, no porto de destino - A má embalagem, quando provado haver relação de causa e efeito entre ela e o dano, é de ser admitida como causa de irresponsabilidade (Desprovento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 13.152-GB</p>	<p>27/11/63</p>
<p>Ação de Reintegração de Posse - Ao ocupar o apartamento agiu com má-fé e clandestinamente, não lhe cabendo direito como possuidor ilegítimo - Não configurado o esbulho (Desprovento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 16.866-DF</p>	<p>18/12/62</p>
<p>Ação de Reintegração de Posse e Demolatória - Construiu casa a menos da faixa de seis metros, reservada para a linha férrea, por desrespeito a metragem - O fato de haver outro prédio, nas mesmas condições, não justifica o esbulho (Provento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 11.821-MG</p>	<p>08/11/62</p>
<p>Ação de Segurador - Contra transportador - Recorrido mais de um ano entre o desembarque e a propositura da ação, está a mesma prescrita - Só documento inequívoco de reconhecimento de direito interrompe a prescrição (Desprovento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 16.413-GB</p>	<p>16/04/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Acidente Ferroviário - Da indenização devida a mãe da vítima do acidente, excluir-se-á a parcela de alimentos, se aquela puder prover seu sustento ou tiver marido por tal responsável (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 17.974-SP</p>	<p align="center">03/12/63</p>
<p>Acidente Ferroviário - Morte de filho menor - Reparação por morte de filho menor é devida ainda que não preste auxílio ao grupo familiar, visto que um menor válido representa, potencialmente, patrimônio de auxílio à família - Tal indenização deve ser calculada tomando-se por base o salário mínimo de menor na época do acidente (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.837-GB</p>	<p align="center">06/11/62</p>
<p>Acidente Ferroviário - Pedestre atropelado por composição - Reciprocidade de culpa - Indenização - É de ser reduzida à metade a indenização que ferrovia deve pagar a família do acidentado, se comprovada a culpa recíproca do pedestre e da estrada de ferro (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">AC 11.182-PE</p>	<p align="center">09/05/63</p>
<p>Acidente Ferroviário - Responsabilidade civil - Pedido de indenização por perdas e danos - Variação do salário mínimo - É de se considerar implícita, no pedido de indenização por perdas e danos, a variação do salário mínimo, máxime quando a reparação tem caráter alimentar (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 12.157-GB</p>	<p align="center">27/11/62</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Acidente do Trabalho - Ainda que figure como segurador instituído de aposentadoria, é dos tribunais locais a competência recursal em matéria de acidente do trabalho (Procedência) (T1) (TFR)	AP 21.000-GB	17/06/62
Ações Reais - Coisa móvel - Prescrição - O prazo de prescrição das ações reais, regula-se pelo da usucapião dos bens que tem por objeto - Dou provimento ao recurso para reconhecer a prescrição argüida, que é de cinco anos e não de vinte, como assentou a sentença (Provimento) (T1) (TFR)	AC 17.659-RS	21/03/63
Agravo no Auto do Processo - Deve ser apreciado na instância <i>ad quem</i> , ainda que o agravante não haja, a final apelado (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.625-MG	28/09/62
Agravo de Instrumento - Penhora no rosto dos autos - Cabimento - Cabe Agravo de Instrumento da decisão que defere penhora no rosto dos autos (Provimento) (T1) (TFR)	CT 48-RS	13/07/62
Agravo de Petição - Prazo - Executivo fiscal - O prazo para interposição do Agravo de Petição, em executivo fiscal, se conta a partir da leitura da sentença (Desprovimento) (T1) (TFR)	CT 63-PR	13/07/62
Aluguel - Arbitramento judicial - Início de vigência - O novo aluguel fixado judicialmente é devido desde a citação e não somente a partir do trânsito em julgado da sentença (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.559-MG	04/12/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Aluguéis Atrasados - Verba insuficiente - A insuficiência de verba não serve para justificar o atraso no pagamento de aluguéis devidos pela União Federal, pouco importando que a dívida seja querable , quando o locador tomou as providências necessárias (Desprovinimento) (T1) (TFR)	AC 15.970-RS	05/09/62
Aposentadoria por Invalidez - Cancelamento de aposentadoria por invalidez - É ilegal o cancelamento da aposentadoria por invalidez se persiste a moléstia que a caracterizou (Desprovinimento) (T1) (TFR)	AC 11.849-DF	27/11/62
Aposentadoria por Invalidez - Nulidade - Aposentadoria de associado de instituição previdenciária - Após cinco anos de vigência, a aposentadoria por invalidez torna-se definitiva - Não está sujeito à revisão, mediante os exames adequados (Desprovinimento) (T1) (TFR)	AC 16.274-MG	27/11/62
Aprensão de Bens - Estrangeiro - Prova de transferência da sua residência para o Brasil - Estrangeiro que veio para o Brasil para estada provisória, sem prova de haver para aqui transferido sua residência, não pode trazer seus bens - Descabimento da restituição do valor das mercadorias apreendidas e vendidas em leilão (Desprovinimento) (T1) (TFR)	AC 18.189-SP	11/06/64

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Armazenagem - Legitimidade da Portaria 185/56 do Ministro da Aviação - O fato de ter sido a mercadoria embarcada anterior ao advento da lei impugnada, não socorre ao apelado porque o momento da incidência da taxa portuária é o desembarque da mercadoria (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 14.213-GB</p>	<p align="center">07/03/63</p>
<p>Ato Administrativo - Controle judicial - O Poder Judiciário aprecia o ato administrativo, mas apenas do ponto de vista da competência ou da legalidade - A conveniência e a oportunidade são áreas que a sentença não penetra - Também o Juiz não pode substituir-se à autoridade na aplicação de critérios subjetivos que a lei lhe confiou (Indeferimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 31.560-DF</p>	<p align="center">11/03/63</p>
<p>Ato Administrativo - Só a nulidade absoluta pode invalidar o ato administrativo criador de vínculo jurídico - Persistindo dúvidas a respeito, ao Judiciário é que incumbe anulá-lo, não cabendo, na hipótese, a faculdade de revogar, à conveniência da Administração (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 14.087-GB</p>	<p align="center">25/09/62</p>
<p>Autarquia - Foro - O particular pode acionar a autarquia, assim como as demais pessoas de direito público, no foro do seu domicílio (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 20.902-GB</p>	<p align="center">13/07/62</p>
<p>Censura - Espetáculo - Aparelhos mecânicos - Os espetáculos privados com transmissão de música através de aparelhos mecânicos estão isentos de censura (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">APMS 21.234-GB</p>	<p align="center">19/07/62</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Cessão de Locação - Despejo - Imóvel residencial - A cessão da locação, quando não consentida pelo locador, dá lugar a despejo (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 12.377-GB	04/12/62
Comerciante - Tem a escrituração mercantil valor probatório contra pessoa comerciante, se acompanhada de documentação que a ampare suficientemente (Provisamento) (T1) (TFR)	AP 17.414-SP	06/06/63
Competência - Recurso - Banco do Brasil - A esta Corte de Justiça falece competência recursal nas causas de que participa o Banco do Brasil como mera entidade de direito - Remessa do recurso ao Tribunal de Justiça (Desconhecimento) (T1) (TFR)	AC 10.161-PE	27/11/62
Conflito Negativo de Jurisdição - Mandado de Segurança - Não podendo esta Corte de Justiça conhecer do Mandado de Segurança impetrado contra ato de autoridade jurisdicionada a outro Tribunal que declinou a sua competência para julgá-lo, a solução é suscitar Conflito Negativo de Jurisdição perante o Supremo Tribunal Federal (Desconhecimento) (TP) (TFR)	MS 32.841-GB	03/06/63
Contrabando - Apreensão de mercadorias estrangeiras pela Alfândega - Sua legitimidade - Perfeitamente legal a apreensão pela Alfândega, de mercadoria encontrada em condições suspeitas, sem documentos válidos, especialmente se o pretense proprietário não pode dar explicação lógica de tais circunstâncias (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 14.572-SP	11/06/63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Contrabando - Mercadoria importada - Uísque Escocês - A compra e venda, por terceiros, de mercadoria de boa origem, devidamente desembaraçada na Alfândega, não se reveste das características de ilícito penal (Desprovisamento) (T1) (TFR)	ACR 1.040-DF	15/10/63
Contribuições Assistenciais - A entidade pública, ainda que obrigada por dívida de natureza assistencial, só está sujeita a juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória (Provimento) (T1) (TFR)	AC 14.428-SP	13/11/62
Contribuições Assistenciais - Isenção - O barbeiro dono de pequeno estabelecimento, não está sujeito a contribuições assistenciais (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AP 19.446-MG	17/07/62
Contribuições Assistenciais - Serviços médicos - Ilegalidade da cobrança - A taxa de serviço de assistência médica cobrada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) é indevida (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 12.791-GB	04/12/62
Contribuições Previdenciárias - É lícita a cobrança de contribuições pelo IAPI, cujos servidores de Prefeitura Municipal não estão amparados pela legislação estadual (Provimento) (T1) (TFR)	AC 12.628-SP	27/11/62
Contribuições Previdenciárias - Empreiteiros - Trabalho por tarefa - Estão vinculados ao regime da Previdência Social dos trabalhadores que, não obstante denominados empreiteiros, executam suas atividades por tarefa (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AP 22.603-SP	25/09/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Contribuições Previdenciárias - Existência simultânea de duas entidades - Se duas entidades previdenciárias simultaneamente exigem contribuições sobre os mesmos empregados, a dúvida quanto ao direito deve ser dirimida entre elas, e não com a parte sem culpa, que nada tem a ver com o conflito (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 17.105-GB	07/11/62
Contribuições Previdenciárias - Incidem sobre gratificações voluntárias, semestrais ou anuais habitualmente pagas e que incorporam o salário dos empregados (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.345-GB	13/11/62
Contribuições Previdenciárias - Prefeitura Municipal - Provada a liquidez de dívida de Prefeitura Municipal em relação a Instituto de Previdência Social, sujeita-se aquela às mesmas cominações vigentes para contribuinte comum, inclusive na contagem de juros moratórias (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 11.050-MG	27/11/62
Contribuições Previdenciárias - Prefeitura Municipal - Recolhimento com atraso - Os juros moratórios e multa devidos por Prefeitura Municipal, são cabíveis conforme previstos no art. 3º, da Lei 22.785/33 (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 15.824-SP	13/12/62
Contribuições Previdenciárias - Seguro obrigatório - Exigência - Dirigentes de empresas - Inexistência de inconstitucionalidade - Não infringe a Carta Magna o preceito da Lei Orgânica que estende aos empregadores o regime de seguro obrigatório (Provimento) (T1) (TFR)	AGMSG 27.867-SP	25/09/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Crime Continuado - Ausência de provas - Não se reconhece a existência de crime continuado quando a vítima não oferece elementos necessários à sua caracterização - Em se tratando de crime funcional, deve a classificação de peculato substituir a de apropriação indébita, quando o TFR, reconhecendo o interesse da União Federal, aceita sua competência recursal (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.009-SP</p>	<p align="center">07/05/63</p>
<p>Débito Fiscal - Nulidade - Conversão de depósito em venda ordinária - Prescrição - Agravo da decisão - Descabimento - Não cabe agravo da decisão, alegada em execução, para impedir a conversão de depósito garantidor do débito em renda ordinária (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">CT 75-MG</p>	<p align="center">13/06/62</p>
<p>Desapropriação - Adota-se o critério do perito do Juízo, se rigorosamente baseado em lei, havendo o expropriado levantado parte do depósito feito pela União, pagará esta juros de mora apenas sobre o resíduo do quantum depositado (Provemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 10.817-RJ</p>	<p align="center">27/11/62</p>
<p>Desapropriação - Apropriação de terras por parte do DNER - Juros de mora e compensatórios - Não constitui julgamento ultra petita o fato de condenar o Juiz o expropriante em juros compensatórios e ter pedido o expropriado juros moratórios, uma vez que ambos são fixados, na mesma taxa (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 16.240-SP</p>	<p align="center">08/11/62</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Desapropriação - Área para construção de rodovia - Redução de preço - A indenização fixada com base no laudo do perito desempatador, é a mais justa por estar equidistante das pretensões das partes - Os honorários de advogado de 20%, arbitrados na base da diferença entre o preço apresentado e o fixado (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.505-RJ</p>	<p align="center">06/11/62</p>
<p>Desapropriação - A indenização deve corresponder ao valor do imóvel à época em que o proprietário dele se viu privado para atender aos reclamos do interesse público (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 17.065-SP</p>	<p align="center">07/03/63</p>
<p>Direito Adquirido - Não pode uma entidade pública, ao seu livre arbítrio, retirar a outrem direito já incorporado a seu patrimônio, a não ser que este último desistisse ou renunciasse ao que já era seu (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">APMS 32.744-GB</p>	<p align="center">04/06/63</p>
<p>Direito de Vizinhança - O titular de promessa de compra e venda de caráter irrevogável tem qualidade para vindicar indenização dos danos ocasionados por realização da obra do prédio contíguo - Se o dono da obra não é leigo, ou a fiscaliza através de pessoa habilitada, concorre com culpa, respondendo solidariamente com o empreiteiro pelos danos causados ao imóvel vizinho (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 10.338-GB</p>	<p align="center">09/08/62</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Dívida Fiscal - Não cabe ao Judiciário ordenar o parcelamento da dívida fiscal, para pagamento em prestações - Não se anula penhor se não quando nulo - Não pode o Juiz fazê-lo, sem esse pressuposto (Provimento) (T1) (TFR)	AP 21.444-ES	12/07/62
Dívida Fiscal - Prova - Contribuições assistenciais - Cobrança contra municipalidade - A dívida fiscal regularmente inscrita deve prevalecer sempre que o devedor deixe de oferecer prova capaz de ilidi-la (Provimento parcial) (T1) (TFR)	AC 15.140-SC	17/10/62
Dívida Fiscal - Só prova inequívoca ilide a presunção juris tantum de liquidez e certeza a favor da dívida fiscal regularmente inscrita (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 9.764-SP	05/09/62
Dupla Aposentadoria - Acumulação de benefícios - É lícita a acumulação de benefícios concedidos pelas instituições previdenciárias com a aposentadoria em pensão paga pela União Federal (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 13.936-CE	27/11/62
Embargos à Arrematação - Sem que tenha havido arrematação, não é possível admitir embargos a esse ato (Desprovimento) (T1) (TFR)	CT 58-SP	13/07/62
Engenharia - Exercício - Multa - Se o executado anuncia como sua atividade a engenharia, confessa o seu exercício, legitimando cobrança de multa por infração das exigências legais pertinentes (Provimento) (T1) (TFR)	AP 16.928-MG	17/07/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Enquadramento Sindical - Ação proposta pelo Touring Clube do Brasil, para o fim de excluir seus empregados do órgão sindical - De acordo com a Resolução 127, da Comissão de Enquadramento Sindical, as sociedades civis sem fins lucrativos, bem como seus empregados, estão à margem do enquadramento sindical (Desprovemento) (T1) (TFR)	AC 15.369-GB	06/11/62
Ensino Superior - Média de aprovação - Não contravem à lei, ao contrário a ela se amolda fielmente, o Regimento Interno da Faculdade, que fixa a média cinco como mínimo para a aprovação (Provemento) (T1) (TFR)	APMS 28.933-GB	11/12/62
Entidade Pública - Tem contra si a presunção de culpa nos eventos danosos de que participem seus prepostos (Provemento) (T1) (TFR)	AC 9.464-DF	05/09/62
Esbulho - Caracterização - O esbulho pode dar-se sem clandestinidade basta que haja violência, porque ela permaneceu no imóvel por mais de dois anos e contra a vontade do autor (Desprovemento) (T1) (TFR)	AC 15.532-GB	27/11/62
Esbulho Possessório - Perdas e danos - Em matéria de posse a condenação nas perdas e danos só se justifica quando caracterizado o esbulho, de que é corolário indeclinável (Provemento) (T1) (TFR)	AC 9.077-PR	13/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Estrada de Ferro - Responsabilidade civil - Salvo culpa exclusiva do viajante, a transportadora ferroviária responde pela sua incolumidade a partir do momento do ingresso do passageiro na plataforma de embarque (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 15.167-GB	07/11/62
Executivo Fiscal - A certidão de dívida fiscal constitui prova de sua liquidez, só iludível mediante prova inequívoca em contrário (Provimento) (T1) (TFR)	AP 19.146-PB	06/12/62
Executivo Fiscal - Contribuições assistenciais - Nome dos empregados - A certidão da dívida por contribuições assistenciais não precisa enumerar os empregados a que se refere desde que contenha esses elementos o processo administrativo em que se defendeu o contribuinte (Provimento) (T1) (TFR)	AP 23.037-MG	08/11/62
Executivo Fiscal - Imposto do selo - O contrato efetivo atendeu as exigências do imposto e está registrado na Junta Comercial - Documento abandonado no estabelecimento comercial, sem selagem e sem os requisitos do contrato, não dá margem a conceituação da infração (Desprovimento) (T1) (TFR)	AP 13.348-SE	06/11/62
Executivo Fiscal - Não cabe para cobrança da multa acessória à dívida fiscal se esta é objeto de acordo integralmente cumprido pelo devedor (Provimento) (T1) (TFR)	AP 21.606-SP	13/07/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Executivo Fiscal - O crédito da União prefere ao das autarquias, não podendo esta, portanto, pretender executar bens sob penhora ou seqüestro em benefício daquela (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 17.728-PR</p>	<p align="center">17/07/62</p>
<p>Executivo Fiscal - O excesso na cobrança de dívida fiscal não a torna ilíquida, desde que possível a dedução, por simples e elementar operação aritmética (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 20.979-MG</p>	<p align="center">17/07/62</p>
<p>Executivo Fiscal - Trata-se de executivo fiscal para cobrança de contribuições para SESI e multas - Julgada procedente o executivo e insubsistente a penhora - Recorrendo à Instância superior a Primeira Turma confirmou a sentença negando provimento ao recurso - Assim ementou: cobrança, pelo IAPI, de dívida para com o SESI - Provada existência de débito, procede a ação (Indeferimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 23.203-SP</p>	<p align="center">23/11/63</p>
<p>Exportação - Erva-mate - Regime de cotas estabelecidos para o fim de policiar a exportação da erva-mate - Ato administrativo por excelência, sujeito ao critério da autoridade, não pode estar subordinado ao controle do Judiciário (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">APMS 29.465-SP</p>	<p align="center">21/03/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Extranumerários - Equiparação a Servidores Públicos - Salário mínimo - Cálculo do abono provisório - A Lei 2.284/54, há de ser entendida, tal como estabelece como equiparadora, para todos os efeitos, e não para efeitos limitados, da condição dos extranumerários à de funcionários - O abono provisório de 30%, a ser calculado sobre o salário mínimo, tem como base a lei imediatamente posterior à sua decretação e não a lei anterior (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 16.149-GB</p>	<p>30/04/63</p>
<p>Faturas Consulares - Devem ser legalizadas nos consulados do ponto de expedição das mercadorias, antes da sua chegada ao porto do destino (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 10.731-SP</p>	<p>06/12/62</p>
<p>Fraude à Execução - Alienação de bens - O fato de ser o executado devedor do exeqüente e haver aquele alienado bens, não significa que a venda tenha sido feita em fraude de execução se esta não estava aparelhada (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AP 22.215-SP</p>	<p>08/08/62</p>
<p>Funcionário Público - Abono de 30% e vantagens em geral - Estão incorporados aos vencimentos, o ajustamento dos novos níveis salariais bem como as demais vantagens, excluída a gratificação de risco de vida ou saúde que é fixada pelo executivo (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 17.450-GB</p>	<p>16/04/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Funcionário Público - Demissão - A jurisdição administrativa é autônoma, podendo, assim, demitir o funcionário independentemente da decisão do Juízo Criminal - Tendo sido legal e incensurável o ato de demissão, não havendo prova de ter o processo administrativo seguido curso irregular, tal ato não pode de forma alguma ser invalidado (Desprovemento) (T1) (TFR)	AC 12.314-SP	27/11/67
Funcionário Público - Demissão - Prescrição - Servidor da União Federal reclama judicialmente contra sua dispensa - Se o servidor em atividade, pleiteia reivindicações na esfera administrativa, não tem prescrito o seu direito as mesmas pretensões, na via judicial (Provemento) (T1) (TFR)	AC 12.156-DF	27/11/62
Funcionário Público - Direito a abono de emergência e salário família - Legitimidade - É legítimo o pagamento do abono de emergência e salário família aos ocupantes de funções de caráter permanente (Desprovemento) (T1) (TFR)	AC 11.530-GB	02/04/64
Funcionário Público - Disponibilidade decorrente de estado de saúde que incapacitava o funcionário para o Serviço Público - Reversão - Contagem do tempo de disponibilidade como do efetivo exercício - Impossibilidade (Desprovemento) (T1) (TFR)	AC 12.476-DF	27/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Funcionário Público - Equiparação a funcionários mais bem aquinhoados no serviço público - A inobservância ao art. 49 do Decreto-Lei nº 240/38, não confere direitos aos funcionários efetivos - O Poder Judiciário não pode assumir o papel de classificador de cargos e estruturador das carreiras dos outros poderes (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.877-GB	27/11/62
Funcionário Público - Gratificação trienal - Tempo de serviço - Para efeito da percepção dos chamados triênios, não é de se computar o tempo de serviço prestado pelo servidor antes da Lei de Reclassificação de Cargos (Provimento) (T1) (TFR)	APMS 32.024-PR	20/06/63
Funcionário Público - Pode ser proprietário de estabelecimento comercial - O que lhe nega a lei é o exercício do comércio concomitantemente com a função pública (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.004-GB	07/03/63
Funcionário Público - Promoção - Benefício da Lei 288/48 - Funcionário Público tendo participado de operações da 1ª Guerra Mundial, tem direito à promoção à classe imediatamente superior àquela em que fora aposentado (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.936-GB	13/11/62
Funcionário Público - Readmissão - Reintegração - O reingresso do funcionário obrigado a desacomular, por força da Constituição de 1937, constituindo mero favor legal, tem o caráter de readmissão, sem direito a qualquer das vantagens inerentes à reintegração (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 7.837-DF	31/07/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - Concessão - Sendo esta gratificação variável na razão do maior ou menor perigo profissional, não pode ser concedida pelo Poder Judiciário, sem a verificação prévia da intensidade dos riscos a que sujeita o servidor (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.235-GB</p>	<p align="center">13/11/62</p>
<p>Habeas Corpus - A prisão preventiva suficientemente fundamentada não constitui ilegalidade sanável através de Habeas Corpus (Denegação) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">PHC 1.116-RS</p>	<p align="center">17/06/63</p>
<p>Honorários de Advogado - A percepção de honorários não constitui direito autônomo de advogado, uma vez que eles são deferidos ao cliente a título de reembolso (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 14.202-GB</p>	<p align="center">03/10/62</p>
<p>Imóvel Funcional - Retomada de imóvel locado a Servidor que se aposentara - A locação ajustada entre instituição pública e seu Servidor cessa com a aposentadoria deste (Provisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.859-GB</p>	<p align="center">03/10/62</p>
<p>Importação - Apreensão de automóvel trazido do exterior - Existência do visto consular - Ilegalidade da apreensão - Desembarço ocorrido em outro Estado - Se uma autoridade competente examina o problema de desembarque de automóvel e depois o autoriza, não pode outra autoridade de igual hierarquia destruir-lhe o ato (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">APMS 33.045-GB</p>	<p align="center">24/10/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Importação - Liberação de mercadoria - Identificação - Sem a prova de identidade da mercadoria liberada por decisão judicial, não pode invalidar a título de cumprimento desta, a apreensão por parte da autoridade policial ou fiscal (Provimento) (T1) (TFR)	AP 16.657-PI	13/07/62
Importação - Óleo mineral lubrificante - Variação de peso - O excesso de peso verificado na importação de óleo mineral lubrificante justifica a cominação de multa, uma vez que esse produto não está sujeito às variações inerentes aos combustíveis de igual origem (Provimento) (T1) (TFR)	AC 17.139-GB	21/03/63
Importação - Multa sobre automóvel trazido do exterior - Valor constante de fatura impugnado pela Alfândega - Restituição de importância depositada - Sendo inidôneo o valor declarado na documentação, é improcedente a restituição da importância depositada para poder entrar no País o carro importado (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 13.432-DF	27/11/62
Imposto de Consumo - Automóvel usado trazido do exterior - Taxa de Armazenagem - Automóvel usado não está sujeito a Imposto de Consumo - A Taxa de Armazenagem, sendo contrato de depósito, não pode deixar de ser cobrada, ou em dobro, ou em sua modalidade simples, conforme tenha ou não o interessado culpa no retardamento do depósito (Provimento parcial) (TP) (TFR)	APMS 21.576-GB	25/10/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Imposto de Consumo - Incidência - Tem seu momento de incidência no desembaraço da mercadoria e não na sua entrada no País (Provimento) (T1) (TFR)	APMS 30.595-GB	14/11/63
Imposto de Lucro Imobiliário - As deduções que a lei admite para efeito de seu cálculo devem ser comprovadas dentro do prazo regulamentar de trinta dias, sob pena de glosa (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 13.719-GB	27/11/62
Imposto de Lucro Imobiliário - Cobrado sobre alienação de bens transmitidos por herança - Restituição - É restituível o Imposto de Lucro Imobiliário cobrado sobre alienação de bens transmitidos por herança, se realizada a operação antes da Lei 3.470/58 (Provimento) (T1) (TFR)	AC 12.886-SP	27/11/62
Imposto de Lucro Imobiliário - Os impostos devem ser pagos de acordo com a taxa estabelecida na lei vigente ao tempo em que se realiza o ato ou negócio a eles sujeitos; assim, se ao entrar em vigor a Lei 3.470/58, já preexistia promessa de compra e venda irrevogável, o aludido imposto deve ser recolhido com base na lei anterior (Desprovimento) (T1) (TFR)	AGMSG 30.052-SP	11/12/62
Imposto de Renda - Cálculo do adicional - Contribuintes pessoas físicas - Obrigatório é o cálculo do adicional do Imposto de Renda e compulsória a sua cobrança, nos exercícios de 1952 a 1956 (Desprovimento) (T1) (TFR)	AP 14.972-SP	12/07/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Imposto de Renda - Dedução do prêmio de seguro - O prêmio de seguro de vida, quando liquidado sem movimentação do capital por simples jogo contábil, não se abate do Imposto de Renda (Desprovento) (T1) (TFR)	AC 11.217-GB	13/11/62
Imposto de Renda - Dedução - Embarcação de madeira - A lei permite às pessoas jurídicas deduzirem do lucro real cotas para constituição de fundos de depreciação, devido ao desgaste dos materiais calculados em relação ao custo das propriedades móveis e a duração das mesmas - A percentagem é gradual para efeito de abatimento tributável (Provimento) (T1) (TFR)	AC 8.624-SP	03/06/63
Imposto de Renda - É possível a revisão de lançamento fiscal com base em erro de fato, nunca, porém por mudança superveniente de critério jurídico - O cabeça do casal pode declarar, em separado, os rendimentos do próprio trabalho, não sendo certo que só o outro cônjuge possa fazê-lo (Provimento) (T1) (TFR)	AC 10.258-SP	16/08/62
Imposto de Renda - Incidência - Vendedor que opera a base de comissão estabelecida em contrato mercantil - Tal o caso agente de posto de gasolina está sujeito ao pagamento do Imposto de Renda (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.179-PR	06/11/62
Imposto de Renda - O prazo para o recolhimento do Imposto de Renda sobre dividendo começa a fluir não da assembléia que autoriza a sua distribuição, mas do momento em que o rendimento é pago ou creditado aos acionistas (Provimento) (T1) (TFR)	AC 9.744-GB	13/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Renda - Sem provas cabais de que as reservas constituídas pelos lucros verificados durante o ano base foram aplicados nem distribuídos, é impossível computá-los como investimento atenuável no cálculo de Imposto de Lucro Imobiliário (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 9.352-GB</p>	<p align="center">27/11/62</p>
<p>Imposto do Selo - A sua incidência recai sobre empréstimos em geral, garantidos ou a descoberto - A multa atinge de igual forma a falta de autenticação para operações lançadas em livro e não seladas (Improvimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 8.481-GB</p>	<p align="center">09/04/63</p>
<p>Imposto do Selo - Incidência em aumento de capital resultante da reavaliação do ativo imobiliário - Devido o tributo pela simples formalização ou materialização do ato jurídico - Recai sobre o instrumento e não sobre seu conteúdo - A referência, a valor, na lei, serve apenas como índice para o cálculo do mesmo imposto (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 13.890-RS</p>	<p align="center">27/11/62</p>
<p>Imposto do Selo - Isenção - Às entidades autárquicas não se estende a imunidade tributária a que se refere o art. 15, § 5º, da Constituição Federal - Havendo isenção fiscal, o ônus do imposto do selo recai sobre a outra parte contratante não beneficiada (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 30.818-SP</p>	<p align="center">25/04/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Imposto de Selo - Isenção - Pagamento do tributo em contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal e o Instituto da Previdência de São Paulo - Não incide sobre contratos avançados entre particulares e autarquias (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AGMSG 36.466-SP	10/03/64
Imposto Único - Incidência sobre mercadorias importadas - Isenção - Havendo ampla isenção de impostos federais, é inadmissível cobrança de qualquer tributo, mesmo do chamado imposto único, dado o caráter específico e especial do mesmo (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 16.924-GB	04/06/63
Imposto de Venda - Lançamento - Decadência de direito - É de decadência e não de prescrição o prazo para levar a efeito o lançamento originário ou suplementar do Imposto de Venda (Desprovisamento) (T1) (TFR)	APMS 26.884-SP	19/06/62
Inquérito Administrativo - Nulidade - É nulo e não pode sustentar ato de demissão o inquérito administrativo em que não se tenha ensejado ampla defesa do acusado, inclusive quanto ao direito de contraditar as testemunhas (Provisamento) (T2) (TFR)	AC 16.235-GB	13/12/62
Interdito Possessório - Automóvel importado - Apreensão pela Alfândega - Não pratica esbulho a autoridade aduaneira que detém ou apreende automóvel, com fundamento em interpretação de texto legal (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 9.776-DF	13/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Lançamento Fiscal - É possível a revisão de lançamento fiscal com base em erro de fato, nunca, porém, por mudança superveniente de critério jurídico (Provimento) (T1) (TFR)	AC 9.387-PE	16/08/62
Locação - Despejo - Imóvel residencial - O pedido de retomada para uso próprio formulada por instituição pública, reveste-se de presunção de sinceridade e necessidade, que ao locatário cabe ilidir (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.712-MG	27/11/62
Locação - Despejo - Sublocação não consentida pela autarquia - Provadas as alegações do locador de que houve sublocação, impõe-se o despejo (Provimento) (T1) (TFR)	AC 16.509-GB	04/12/62
Locação - Há infração contratual tanto na sublocação, como no empréstimo da coisa locada, sem o consentimento do locador (Provimento) (T1) (TFR)	AC 13.028-MG	08/11/62
Locação - Na ação de arbitramento de aluguéis, o novo valor retroage à data da inicial - Não cabem honorários de advogado, mas simples custas em proporção, na ação de arbitramento de aluguel (Provimento) (T1) (TFR)	AP 17.094-SP	13/07/62
Mandado de Segurança - Ato do Presidente do Conselho de Ministro - Incompetência do Tribunal Federal de Recursos para julgar ato que, por sucessão processual, em virtude do restabelecimento do Regime Presidencialista, passou à competência do Presidente da República (Incompetência) (TP) (TFR)	MS 31.621-DF	18/04/63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Mandado de Segurança - Cabe quando o poder de revisão da autoridade hierarquicamente superior não se exerça para atacar o ato da autoridade subordinada, autônoma (Desprovisamento) (T1) (TFR)	APMS 33.146-GB	03/12/63
Mandado de Segurança - Faz coisa julgada a decisão que em mandado de segurança aprecia o mérito do pedido (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 13.063-DF	25/10/62
Mandado de Segurança - Responsabilidade da fiança - Desconto de vencimento de funcionário, feito pela repartição em que trabalha e que lhe serviu de fiadora - Incabível Mandado de Segurança como meio para saber a extensão, a responsabilidade do fiador em contrato de locação (Provisamento) (T1) (TFR)	APMS 27.338-RS	29/11/62
Mercadoria em Trânsito - Permanência no País - Exigências fiscais - A permanência no País de mercadoria em trânsito justifica as exigências fiscais concernentes à liberação de bens ilegalmente trazidos do exterior (Provisamento) (T1) (TFR)	APMS 25.553-PA	14/11/63
Militar - Anistia - Reversão ao serviço ativo - O Decreto Legislativo 18/61, não protege ex-militar excluído do Exército antes da data estabelecida como limite para a concessão da anistia (Desprovisamento) (TP) (TFR)	MS 29.831-DF	05/11/62
Militar - Etapa tríplice - A ela não faz jus o militar que desempenha função de natureza burocrática, no horário normal de trabalho das repartições federais (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 16.811-GB	16/04/63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Militar - Incapacidade - Dado como incapaz para o serviço do Exército para prover sua subsistência, por efeito de acidente sofrido em serviço, tem direito a reforma no posto ou graduação imediata com as vantagens previstas no Código de Vencimento e Vantagens (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 13.983-GB	13/11/62
Militar - Intentona Comunista - Benefícios da Lei 1.267/50 - A Oficial Telegrafista da reserva remunerada, são de estender-se os favores da Lei, provado que esteve no seu posto por ocasião da Rebelião Comunista de 1935, o que importa em cooperação com as forças que combateram a referida revolução (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 13.750-GB	13/11/62
Militar - Na relação de direito público, a prescrição quinquenária não ocorre senão no tocante aos estipêndios do servidor, deixando íntegro o fundo do direito (Provimento) (T1) (TFR)	AC 16.104-GB	11/12/62
Militar - Promoção - Não pode ser preterido no direito da promoção o militar que, por se achar cumprindo missão no exterior, ficou impedido de fazer curso exigido para sua promoção (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 13.655-GB	13/11/62
Militar - Promoção - O militar, mesmo tendo participado das duas grandes guerras mundiais, faz jus a uma só promoção, pois os benefícios não são acumuláveis (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 16.185-GB	07/03/63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Militar - Terço de campanha - Serviço de Guerra - A contagem de tempo de serviço em dobro só beneficiam aqueles que, efetivamente, estiverem engajados em luta armada - Só o efetivo serviço de guerra dá direito à percepção do terço de campanha (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 12.242-DF	13/11/62
Patente de Invenção - Nulidade de registro - Efeitos - A obtenção da patente ao arrepio da lei não gera quaisquer direitos, nem a favor, nem contra o beneficiário do registro (Provisamento) (T1) (TFR)	AC 15.954-GB	27/11/62
Pensionistas - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários - Os beneficiários de seguros de instituição previdenciária devem perceber salário família por ser este benefício um dos seus encargos típicos (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 12.965-PE	27/11/62
Posse - Ação petítória - Individuação do imóvel - Para reivindicar posse, é incabível a ação petítória - A individuação de prédio é requisito indeclinável, sem a qual não pode vingar a ação reivindicatória - O código não autoriza a reivindicação da coisa contra quem a possui injustamente (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 11.356-MG	14/11/62
Previdência Social - Aposentadoria - Não tendo o aposentado recuperado sua capacidade de trabalho após cinco anos, é definitiva a aposentadoria (Provisamento) (T1) (TFR)	AC 12.535-MG	04/12/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Previdência Social - Débitos da União - Recusa do empregador em contribuir - O Débito da União com os institutos não é argumento jurídico que justifique a recusa do empregador em contribuir para a previdência social (Desprovimento) (T1) (TFR)	AP 23.728-SP	25/06/63
Previdência Social - É cabível a acumulação da aposentadoria concedida por Caixa Previdenciária com a concedida pelo Estado, pois a primeira tem caráter securitário e a última é obrigação do Estado para com o servidor (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 14.508-CE	08/11/62
Previdência Social - Não infringe a Carta Magna o preceito da Lei Orgânica que estende aos empregadores o regime de seguro obrigatório (Provimento) (T1) (TFR)	AGMSG 36.027-SP	05/12/63
Previdência Social - Pensão - Mulher desquitada - Desde que não haja renúncia expressa, o direito a alimentos pode ser exercido a qualquer tempo (Provimento) (T1) (TFR)	AC 16.418-GB	16/10/62
Princípio de Isonomia - Equiparação de vencimentos - O Judiciário não pode, a pretexto de aplicar o princípio de isonomia, usurpar atribuições dos demais Poderes, pois a tanto equivale aumentar vencimentos de funcionários públicos sem lei que expressamente o autorize (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 10.466-DF	11/09/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Prisão Preventiva - Fundamentação - Depoimento de co-réu - Circunstâncias - Provas da materialidade do delito em que se apresenta a revelação da culpabilidade do acusado - O simples depoimento de co-réu é insuficiente para fundamentar decreto de prisão preventiva (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">HC 1.099-GB</p>	<p align="center">08/04/63</p>
<p>Processo - Cerceamento de defesa - Do despacho que, de qualquer forma, cerceia a defesa da parte, cabe agravo no auto do processo e não reclamação - Está neste caso o deferimento de vistoria impertinente (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">RCL 77-CE</p>	<p align="center">27/07/62</p>
<p>Processo - Prazo - Só após a publicação da sentença é que começa a fluir o prazo para interposição de recurso - O princípio da imediatidade ou identidade física do Juiz não é absoluto, cedendo diante de motivo legal comprovado - A paralisação dos autos em mãos do Juiz não conduz a prescrição intercorrente (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 14.092-GB</p>	<p align="center">28/09/62</p>
<p>Processo Administrativo - Servidor suspenso preventivamente, para responder a processo administrativo - Reclama a diferença de salário entre o tempo em que esteve suspenso e o da punição que lhe foi regularmente imposta - Direitos à percepção de salários (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 15.099-SP</p>	<p align="center">03/10/62</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Procurador Autárquico - Habilitação - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - A habilitação para o cargo de Procurador estabelece direito ao provimento, não o prejudicando portaria que determine a suspensão de nomeações, desde que emanada de autoridade incompetente (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p>APMS 33.405-GB</p>	<p>05/12/63</p>
<p>Professores Militares - Gratificação de Magistério - Acumulação com vencimentos - Os professores militares têm direito à Gratificação de Magistério, além dos vencimentos correspondentes ao cargo - Aplicação da Lei 2.290/10, que, sendo uma Lei do Congresso, não poderia ser revogada por Decreto Governamental (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 17.561-GB</p>	<p>14/04/63</p>
<p>Promessa de Financiamento - Responsabilidade civil - Pré-contratual - A quebra da promessa de financiamento gera a obrigação de indenizar as perdas efetivas e os lucros cessantes - A tramitação de processos de financiamentos em autarquias não confere direito algum, a não ser que o negócio haja sido autorizado por autoridade competente (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 7.962-GB</p>	<p>31/07/62</p>
<p>Reajustamento Pecuário - Conhece-se de recurso <i>ex officio</i>, em reajustamento pecuário, com sentença anterior à lei que expressamente o excluiu - Não são reajustáveis as verbas relativas a juros capitalizados, acessórios e taxa de fiscalização (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AP 23.393-MG</p>	<p>14/11/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Reajustamento Pecuário - Dívidas agropastoris - Aval - Concessão de benefícios a partir da Lei 1.002/50 - Não é reajustáveis o crédito resultante de aval (Provimento) (T1) (TFR)	AP 21.446-GO	24/07/62
Reajustamento Pecuário - Não são reajustáveis as verbas relativas a juros capitalizados, acessórios e taxa de fiscalização (Provimento) (T1) (TFR)	AP 19.325-MG	17/07/62
Recurso de Ofício - Identidade física do Juiz - Inaplicável - O princípio da identidade física do Juiz é inaplicável ao Recurso de Ofício, devendo interpô-lo o que estiver em exercício (Desconhecimento) (TP) (TFR)	CJ 137-MG	15/05/63
Reclamação Trabalhista - O arrais que, por condições específicas do porto em que trabalha, fez as vezes de mestre de pequena cabotagem deve receber na base da letra "D", art. 1º do acordo salarial (Desprovimento) (T1) (TFR)	AP 22.231-RN	06/06/63
Reclamação Trabalhista - Sem invalidação do contrato de trabalho ou do acordo que disponha a respeito, não se pode reclamar o que esteja expressamente excluído (Desprovimento) (T1) (TFR)	AP 8.340-PE	13/07/62
Registro - Exigência - Conselho Regional de Química - Os profissionais de química estão sujeitos à inscrição e as empresas que lidem com os diversos problemas dessa atividade, além de registro no Conselho não podem dispensar a assistência dos referidos técnicos (Provimento) (T1) (TFR)	APMS 26.513-DF	23/08/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Registro de Marca - Similitude - Proveito e vantagem - Não se decreta a nulidade de registro de marca quando, ao invés de concorrência danosa, a similitude só proveito e vantagem pode trazer ao detentor da que primeiro foi registrada (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.548-SP	02/10/62
Reparações de Guerra - Os colaterais, na ausência de outros beneficiários, tem direito à indenização integral, pela morte de tripulante de navio brasileiro torpedeado durante a guerra (Provimento) (T1) (TFR)	AC 10.887-GB	09/08/62
Responsabilidade Civil - Abaloamento em via pública, tendo ficado provado, ao contrário do que sustenta a União Federal, a culpa de seu preposto - A União Federal responde pelos danos que seu preposto causem a terceiros (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 15.646-GB	27/11/62
Responsabilidade Civil - Depósito de cargas - Reembolso de cargas seguradas, perecidas por incêndio em armazém portuário - Conquanto válida para o depósito voluntário - A regra de presunção de culpa é inaplicável ao depósito legal (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.800-DF	27/11/62
Responsabilidade Civil - Reparação de dano de choque de veículo militar - Responsabilidade da União Federal - O estado de necessidade obriga ao responsável, dando-lhe ação repressiva contra o causador daquela situação (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 17.188-GB	28/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Responsabilidade da Empresa - As irregularidades praticadas por contador, seja ele autônomo ou não, gera a responsabilidade da empresa, uma vez que esta agiu com culpa <i>in eligendo</i> ao contratar-lhe os serviços (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 9.550-DF	05/09/62
Seguro - Transporte Marítimo - Danificação de mercadoria - O pagamento a título de depreciação não está compreendido nas obrigações do transportador (Provimento) (T1) (TFR)	AC 16.305-GB	07/11/62
Seguro Social - Aposentadoria - Tem direito à aposentadoria o segurado, se incapacitado definitivamente para o trabalho a que se dedicava (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 17.495-PE	11/12/62
Seguro Social - A companheira tem direito ao seguro social, independente de inscrição em carteira ou declaração do segurado junto à instituição da previdência (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.206-GB	17/10/62
Seguro Terrestre - São inaplicáveis as regras de subrogação inerentes ao seguro marítimo, não podendo invocar a lei civil o segurador que paga dívida própria em razão dos riscos contratuais assumidos (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 16.097-GB	06/12/62
Sentença - Despacho saneador - Nulidade - Incompetência <i>ratio temporis</i> - É nula a sentença, quando não precedida de despacho saneador (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.218-GB	13/09/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Servidor Público - Em estágio probatório não pode ser demitido senão mediante a formalidade do inquérito administrativo (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">APMS 28.763-CE</p>	<p align="center">11/12/62</p>
<p>Servidor Público - Enquadramento no quadro de Agente Fiscal do Imposto de Renda - Inclusão - O servidor que à data da Lei 2.862/56, não mais exercia função de fiscalização do Imposto de Renda, não tem direito de integrar a respectiva carreira (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 16.471-GB</p>	<p align="center">27/11/62</p>
<p>Servidor Público - Equiparação - A decisão judicial irrecorrível, que reconhece o direito de uma classe ou categoria de servidores, constitui verdadeiro prejudgado, cujos efeitos não podem deixar de ser estendidos a todos quando se encontram em perfeita igualdade de situação (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 18.386-DF</p>	<p align="center">10/12/63</p>
<p>Servidor Público - Equiparação - Isonomia - Na ausência de identidade absoluta de situações, não pode o Judiciário equiparar vencimentos de servidores públicos, mediante aplicação do princípio de isonomia (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 10.229-DF</p>	<p align="center">09/08/62</p>
<p>Sindicalização - Estivadores do Porto de Santos - Cancelamento - Não podem ser cassadas as matrículas concedidas por via de processo regular perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, pois tais documentos, até prova em contrário, são legítimos - Ressalva-se, entretanto, à administração, o direito de efetuar uma revisão, de modo a excluir as que forem tidas como ilegítimas (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 35.475-DF</p>	<p align="center">09/12/63</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Sindicato - Contribuição - Opção - Pode o empregado obstar a contribuição para determinado sindicato, se contribui para outro (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 14.756-MG	28/11/62
Sociedade por Cotas - Contrato social em virtude de entre sócios encontrarem-se marido e mulher com cotas distintas - Nenhuma infração a lei existe no fato de participarem marido e mulher, com cotas diversas em sociedade de responsabilidade limitada (Desprovimento) (TP) (TFR)	APMS 26.639-GB	19/06/62
Sucessão - Fusão de órgãos autárquicos - Sucessão entre pessoas jurídicas de Direito Público - Garantia de direitos adquiridos dos servidores da entidade desaparecida (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 14.045-SP	08/11/62
Tarefeiros - A transformação de tarefeiros em extranumerários mensalistas acarreta direito à percepção de salários mensal na base ordinária de trinta diárias (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 15.462-MG	27/11/62
Taxa - É perfeitamente legal e constitucional a exigência de taxa para o serviço de assistência médica do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes e Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados de Transporte de Cargas (Provimento) (T1) (TFR)	APMS 37.101-SP	10/03/64

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Taxa - Não pode a Prefeitura Municipal negar-se a receber pagamento de taxas devidas por Instituto de Previdência que com ela mantém querela sobre impostos, visto que taxas e impostos são materiais diferentes (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 12.588-SP	04/12/62
Taxa de Despacho Aduaneiro - Criada no art. 66, da Lei 3.244/57, é indevida na liberação alfandegária de mercadoria cuja importação esteja isenta de imposto - Concessão da segurança (Desprovisamento) (T1) (TFR)	APMS 30.911-SP	19/03/63
Taxa de Despacho Aduaneiro - Importação de gado bovino - Não é devida a taxa de 5% prevista no art. 66, da Lei 3.244/56, na importação de gado bovino, visto ser esta taxa um verdadeiro imposto e estarem aqueles animais livres de imposto de importação (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 15.198-RS	08/11/62
Taxa de Despacho Aduaneiro - Seu caráter - Chamada Taxa de Despacho Aduaneiro, pelos próprios termos em que foi criada, não tem caráter de taxa, mas de verdadeiro imposto - Se este está excluído por isenção, a cobrança daquela não tem legitimidade (Desprovisamento) (T1) (TFR)	AC 15.086-SP	02/10/62
Taxa de Ocupação - Terrenos vendidos pela Cia. Docas da Bahia, Concessionária dos serviços do Porto de Salvador - Os contratos de venda efetuados pela concessionária não transferem o domínio pleno, mas apenas o domínio útil (Provisamento) (T1) (TFR)	AP 12.840-BA	02/05/63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Taxa Suplementar - Cobrança - Inconstitucionalidade - A criação de taxa suplementar destinada ao custeio de assistência médica, cirúrgica e hospitalar, é da exclusiva competência do Congresso Nacional (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 13.511-GB	04/12/62
Transporte Marítimo - Ação de reembolso - Prescrição - Administrativo - Mesmo que ocorra a reclamação administrativa entre as partes, esta não importa em suspensão da prescrição da <i>causa petendi</i> (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 16.823-GB	18/12/63
Transporte Marítimo - A prescrição anual do art. 449, II, do Código Comercial, conta-se da constatação efetiva da perda ou extravio da carga e não da chegada do navio (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.461-DF	13/11/62
Transporte Marítimo - Extravio de mercadorias - Indenização - Responsabilidade do transportador - Ação de reembolso - Ressarcimento calculado no valor da declaração dos conhecimentos - Descabimento de honorários de advogado (Provimento) (T1) (TFR)	AC 18.347-GB	03/12/63
Transporte Marítimo - Má embalagem - Somente provando a relação de causa e efeito entre a má embalagem e o dano é que se exime o transportador de indenizá-lo - São devidos honorários de advogados na ação da seguradora contra o transportador marítimo (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.630-GB	27/11/62

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Transporte Marítimo - No cálculo da indenização devida pelo transportador marítimo à seguradora, servirá de base o preço da mercadoria extraviada, constante do conhecimento e não o valor porque ela foi segurada (Provimento) (T1) (TFR)	AC 11.597-GB	13/11/62
Transporte Marítimo - O defeito de embalagem não se equipara a vício próprio de mercadoria, a isentar de responsabilidade o armador, quando este a recebe sem protestos ou ressalvas (Provimento) (T1) (TFR)	AC 10.801-DF	13/11/62
Transporte Marítimo - O transportador é obrigado a reembolsar a seguradora do prejuízo relativo as mercadorias transportadas e extraviadas, visto que o seguro marítimo abrange todos os riscos mencionados na apólice, baseando-se a indenização no valor fixado no conhecimento (Provimento) (T1) (TFR)	AC 15.963-GB	27/11/62
Usucapião - Terras de domínio público - Autor carecedor de ação - Tratando-se de terra de domínio público, não há como reconhecer usucapião sobre ela (Desprovimento) (T1) (TFR)	AC 12.149-PR	27/11/62